

GUARACIABA TRANSMISSORA DE ENERGIA (TP SUL) S.A.

CNPJ/MF nº 15.286.437/0001-00

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO - EXERCÍCIO FINDO EM 31/12/2024

Prezados Acionistas, A Administração da Guaraciaba Transmissora de Energia (TP Sul) S.A. (GTE) submete à apreciação de V.Sas. o Relatório da Administração e as Demonstrações Financeiras acompanhadas do relatório do Auditor Independente e do parecer do Conselho Fiscal referentes ao exercício findo em 31/12/2024. As Demonstrações Financeiras da Companhia foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB). As práticas contábeis adotadas no Brasil compreendem aquelas incluídas na legislação societária brasileira e os pronunciamentos, as orientações e as interpretações técnicas emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), aprovadas pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC) e pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM).

Mensagem da Administração: O ano de 2024 continuou reforçando o posicionamento estratégico da Companhia como uma das excelentes empresas de transmissão de energia elétrica do País e seu foco nos pilares estratégicos de crescimento sustentável, geração de valor, disciplina financeira e eficiência operacional, ratificando o compromisso de transmitir energia com confiabilidade, transparência e segurança para toda a sociedade e respeitando o meio ambiente e todos os stakeholders. Do ponto de vista operacional, a companhia mantém equipe própria de profissionais dedicados às atividades de operação e manutenção dos ativos de transmissão, garantindo um alto nível de disponibilidade do sistema, seja nas atividades ordinárias, seja no atendimento às emergências em condições desfavoráveis. São responsáveis também pelo desenvolvimento e implantação de soluções que tornem a performance operacional ainda melhor e mais confiável, como por exemplo a inclusão de uma fonte segura para o serviço auxiliar oriunda do terciário do transformador e a instalação do circuito fechado de câmeras para acompanhamento de manobras operativas. A Ilumbiara Transmissora de Energia S.A. (ITE), controlada integral da acionista State Grid Brazil Holding (SGBH), por meio do seu centro de operações localizado no Rio de Janeiro, foi responsável pela operação remota dos ativos de transmissão e sua integração com o Operador Nacional do Sistema Elétrico (ONS) e cumpriu todas as atividades conforme parâmetros requeridos pela GTE e seus acionistas, como pode ser comprovado pela disponibilidade média dos ativos de aproximadamente 99,9% em 2024. No aspecto ambiental, é importante destacar que a licença de operação continua vigente até agosto de 2026 e que todas as condicionantes ambientais estabelecidas pelo órgão competente (IBAMA) têm sido rigorosamente cumpridas. Abaixo, é possível observar algumas delas:

- Programa de Recuperação de Áreas Degradadas;
- Programa de Monitoramento e Contenção de Processos Erosivos;
- Programa de Educação Ambiental e Comunicação Social;
- Programa de Manutenção e Limpeza de Faixa, Vias de Acesso e Subestações;
- Programa de Gerenciamento de Riscos - PGR;
- Programa de Controle de Ocupação e Uso Indevido da Faixa de Serviço.

No âmbito social, a Companhia continuou a avançar na implementação de seus projetos. Em 2024, a GTE, em parceria com a Matrinchá Transmissora de Energia (TP Norte) S.A., concluiu a construção de uma escola voltada ao ensino de crianças com idade entre quatro e dez anos na zona rural do município de Baliza (GO), com capacidade para atender cerca de 150 crianças por dia. Este projeto recebeu investimento total da ordem de R\$ 0,5 milhões por parte da GTE. A Etapa de Implementação foi finalizada em Fev/24 (Fim da Obra) e atualmente o projeto se encontra na Etapa de Encerramento e Monitoramento, onde o processo de acompanhamento das responsabilidades da Prefeitura e a mensuração de indicadores finais acontecem. A segurança da informação e a proteção de dados também são temas de especial importância. A Companhia mantém vigente uma política de proteção de dados alinhada aos princípios estabelecidos pela Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD), adota procedimentos adequados para cumprir todas as determinações legais e tem a satisfação de informar que não foi observado nenhum incidente de segurança no período. Referente a cibersegurança, a companhia tomou ações proativas e garantiu o atendimento das condições solicitadas pelos órgãos reguladores. Em cumprimento a determinações regulatórias, a Companhia desenvolve projetos de Pesquisa e Desenvolvimento do Programa de Pesquisa, Inovação e Desenvolvimento da ANEEL. Este programa define o investimento de 0,28% da Receita Operacional Líquida em projetos de P&D. Estão sendo desenvolvidos dois projetos, sendo um de sensores de monitoramento de capacitores e outro de um robô veicular autônomo para inspeção e monitoramento de subestações. No aspecto financeiro, a Fitch Ratings elevou o Rating Nacional de Longo prazo da segunda emissão de debêntures da GTE de "AA+(bra)" para "AA+(bra)", refletindo o robusto desempenho operacional e financeiro do projeto. A Companhia continuará atuando de forma responsável e com rigor na realização de investimentos de forma a garantir ótimos níveis de rentabilidade, ou ainda a estabilidade e confiabilidade operacional, proporcionando a máxima distribuição de dividendos e buscando alternativas que possam otimizar a estrutura de capital e maximizar o valor para o acionista. Não menos importante, a Companhia manteve em 2024 sua política de remuneração aos acionistas, distribuindo R\$ 33,1 milhões em dividendos aprovados em exercícios anteriores. Esta remuneração está alinhada ao conceito de máxima geração de valor aos acionistas sem comprometer a qualidade na operação, a remuneração do capital de terceiros e o plano de investimentos da GTE.

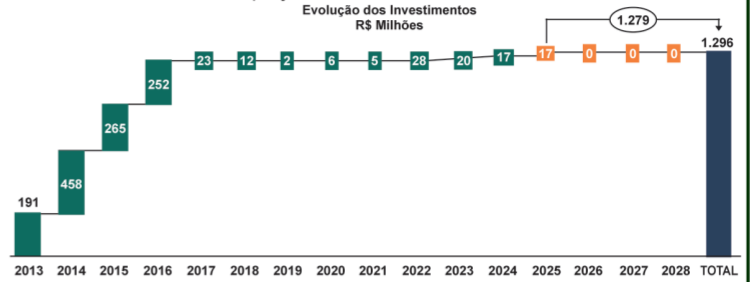
A Companhia sagrou-se vencedora do Lote B do Leilão de Transmissão nº 02/2012, realizado pela ANEEL em 09 de março de 2012, cujo Contrato de Concessão nº 013/2012 foi assinado em 10 de maio de 2012. O Lote B é composto por uma linha de transmissão em 500 kV de aproximadamente 600 quilômetros de extensão interligando as subestações Ribeirãozinho, Rio Verde do Norte e Marimondo II, pelo seccionamento das linhas de transmissão em 500 kV Marimondo - Araraquara C1 e C2, de propriedade de Furnas Centrais Elétricas S.A., e pela subestação Marimondo II, nos estados de Mato Grosso, Goiás e Minas Gerais. Adicionalmente, a Guaraciaba recebeu da ANEEL uma autorização para projeto de reforço, conforme detalhado a seguir:

- Reator de barra na SE Marimondo II: Reforço autorizado por meio da Resolução ANEEL nº 9.693/2021, de fevereiro de 2021, e corresponde à implantação de um banco de reatores de barra monofásicos, em 500 kV, 3x45,5 MVar, incluindo o módulo de manobra, na subestação Marimondo II. Este reforço está em operação comercial desde 2022, com cerca de onze meses de antecedência em relação ao prazo definido pela ANEEL e, por ser um projeto classificado como prioritário pela ANEEL, adquiriu o direito de receber RAP bonificado pelo mesmo período de antecipação de sua conclusão, cujos efeitos financeiros foram recebidos no período de julho de 2023 a junho de 2024. O Lote B possui RAP atualizada de R\$ 146,2 milhões de reais, considerando reforços.

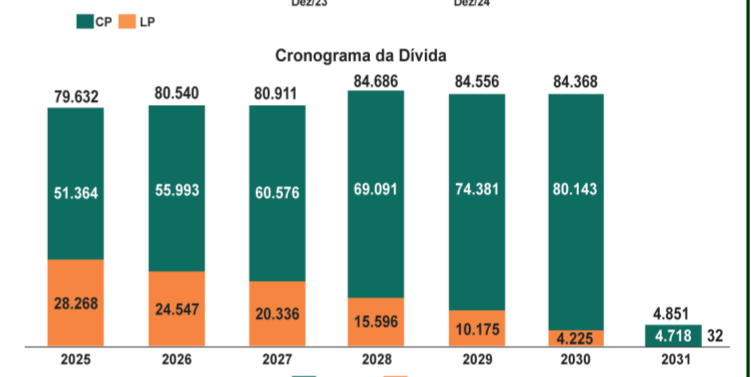
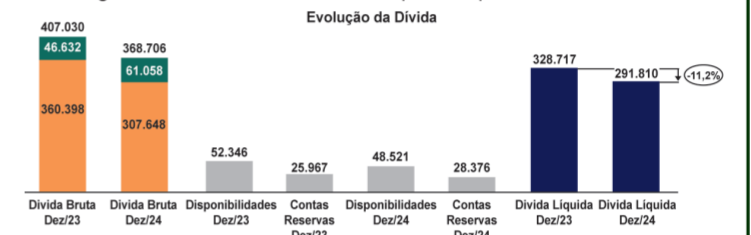
Desempenho da Companhia: A Companhia apresenta a seguir os principais indicadores de desempenho referentes ao exercício de 2024:

- **Desempenho Operacional:** Para compreender os indicadores de desempenho operacional da Companhia, dois conceitos são fundamentais: disponibilidade de equipamentos em termos de tempo e parcela variável por indisponibilidade de equipamentos. A disponibilidade de equipamentos representa basicamente o tempo no qual os equipamentos permaneceram disponíveis ao Operador Nacional do Sistema Elétrico em relação ao tempo máximo possível. O valor correspondente à parcela variável representa a perda de RAP em função da indisponibilidade de determinado equipamento ou função de transmissão (FT) por um período. Esta indisponibilidade pode ser programada com antecedência, programada sem antecedência ou ainda não programada. Tais características imputam um fator multiplicador à perda de RAP, da ordem de 10 (dez), 50 (cinquenta) ou 150 (cento e cinquenta) vezes o valor da RAP no período de indisponibilidade. Isto explica por que em algumas ocasiões a disponibilidade de equipamentos é de 99% durante um período, mas a parcela variável representa muito mais do que estes 1% restantes. Abaixo, apresenta-se o percentual de parcela variável por indisponibilidade de equipamentos em relação à RAP total auferida no exercício.

O EBITDA societário totalizou R\$ 104,4 milhões em 2024 contra R\$ 121,6 milhões de 2023, o que representa uma redução de 16,5% ou R\$ 17,2 milhões. O Lucro Líquido em 2024 totalizou R\$ 46,1 milhões, uma redução de 11,9% em relação ao Lucro Líquido de 2022, de R\$ 50,6 milhões. **Investimentos:** A Companhia apresenta neste item a evolução dos investimentos desde o início do projeto:

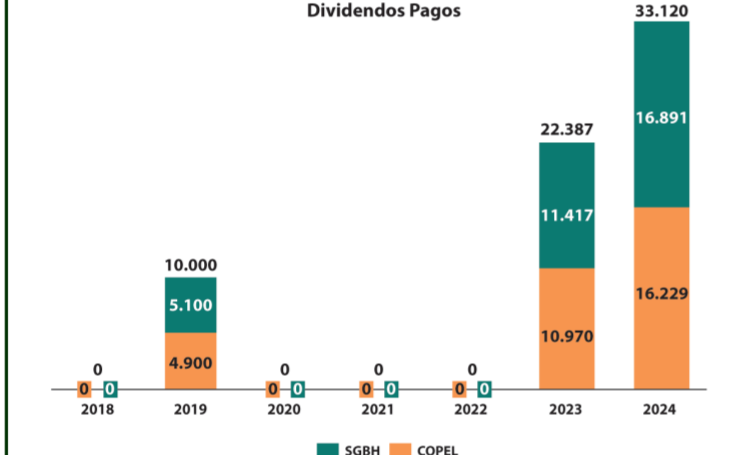


O plano de investimentos da Companhia envolve iniciativas que ofereçam incremento relevante na taxa de retorno do projeto, aumento da confiabilidade na operação dos ativos de transmissão e investimentos em pesquisa e desenvolvimento. A GTE encerrou o exercício de 2024 com um investimento total de R\$ 17 milhões, aplicados principalmente na aquisição de equipamentos sobressalentes (R\$ 8,9 milhões), indenização fundiária (R\$ 2,9 milhões), P&D e CAPEX Social (R\$ 1,2 milhões) e outros (R\$ 4 milhões). Para 2025, a Companhia planeja investir mais R\$ 17 milhões. Deste montante, (i) R\$ 11,1 milhões estão relacionados à aquisição de novos equipamentos sobressalentes; (ii) R\$ 3,0 milhões referentes ao complemento de indenização fundiária (processos judiciais que discutem o valor justo da indenização da faixa de servidão ocupada pelos ativos de transmissão); (iii) R\$ 1,2 milhão referente a novos projetos de pesquisa e desenvolvimento; e (iv) R\$ 1,7 milhões referentes a ferramental para utilização no plano de manutenção dos ativos de transmissão e outros investimentos relacionados à concessão. **Endividamento:** Em dezembro de 2024, a dívida bruta da GTE totalizou R\$ 368,7 milhões, sendo constituída basicamente pelo financiamento de longo prazo concedido pelo BNDES e pela segunda e emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações e em série única, frente a R\$ 407 milhões em 2023. O perfil de endividamento da Guaraciaba contava com 11,46% da dívida contabilizada no curto prazo e 88,54% no longo prazo. Abaixo, a Companhia apresenta a evolução do endividamento, bem como sua segregação entre curto e longo prazo e o cronograma de vencimento da dívida para os próximos anos:

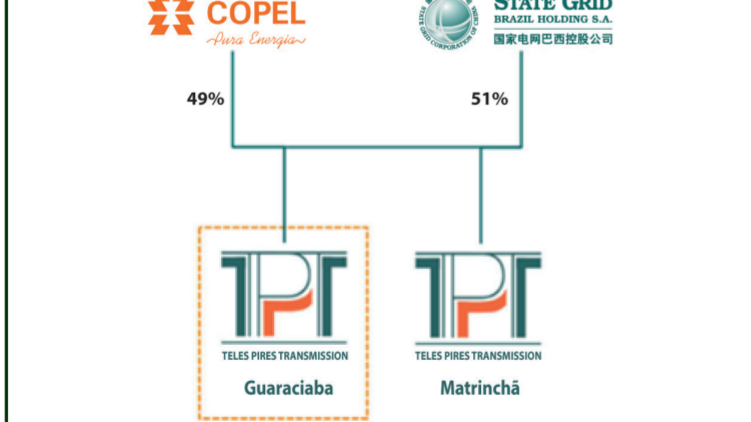


O quadro acima "Cronograma de Vencimento da Dívida" considera juros a serem apropriados futuramente, adotando projeções utilizadas pela Companhia e divulgadas pelo Boletim Focus. **Perspectivas para 2025:** Em 2025, a Companhia pretende manter o rigor demonstrado até aqui nos procedimentos de operação e manutenção dos ativos de transmissão, visando nível de disponibilidade próximo a 100% e, consequentemente, redução significativa da parcela variável. O respeito ao meio ambiente continuará recebendo atenção especial por meio do cumprimento dos programas ambientais pactuados junto ao IBAMA. Do ponto de vista financeiro, a Companhia continuará atuando de forma responsável com foco na manutenção da margem EBITDA regulatória superior a 85%, rigor na realização de investimentos de forma a garantir ótimos níveis de rentabilidade, ou ainda a estabilidade e confiabilidade operacional, proporcionando máxima distribuição de dividendos e buscando alternativas que possam otimizar a estrutura de capital e maximizar o valor para o acionista. A Guaraciaba Transmissora de Energia (TP Sul) S.A. registra os agradecimentos aos seus acionistas pelo suporte e confiança, aos colaboradores por toda a energia e capacidade intelectual dedicadas a este projeto, à ANEEL e demais entidades governamentais pela estabilidade jurídica e transparência nas ações, aos stakeholders pelo bom relacionamento e profissionalismo e à sociedade em geral, maior beneficiada por este projeto de tão grande importância para o setor elétrico brasileiro.

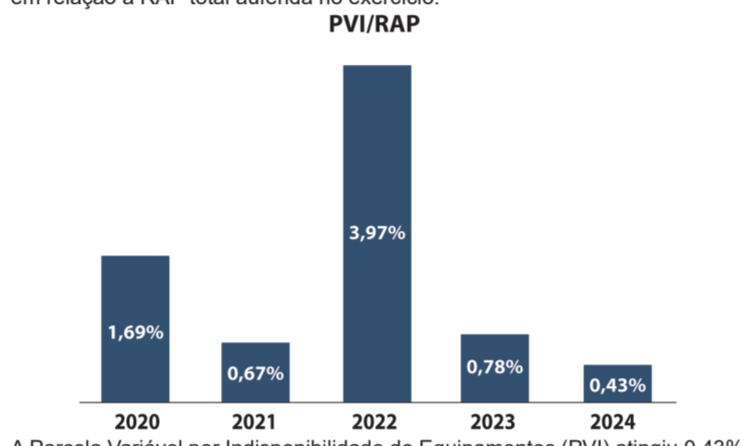
A administração
Rio de Janeiro, 14/02/2025.
Xuhui Yang - Diretor Presidente
Carlos Moscalewsky - Diretor Técnico



As próximas páginas deste relatório abordarão, de forma um pouco mais detalhada, temas relevantes como desempenho operacional e financeiro ao longo do exercício de 2024. **Sumário Executivo:** A Guaraciaba Transmissora de Energia (TP Sul) S.A., Companhia privada, de capital fechado, foi constituída em 14/03/2012 e está estabelecida na Av. Presidente Vargas, nº 955, sala 1101 (parte), Centro, Rio de Janeiro - RJ. A Companhia é uma Sociedade de Propósito Específico (SPE), formada pelos acionistas State Grid Brazil Holding (SGBH) e Copel Geração e Transmissão S.A. (COPEL), e tem como objeto social a exploração de concessões de Serviços Públicos de Transmissão de Energia.



Balanco patrimonial - 31/12/2024 e 31/12/2023 - (Em milhares de reais)			
	Nota	31/12/2024	31/12/2023
Ativo			
Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	6	48.521	52.345
Contas a receber	7	16.746	16.370
IRPJ e CSLL a recuperar	14	2.826	588
Estoque	10	21.407	17.548
Ativo de contrato	8	122.103	117.867
Outros ativos		6.887	4.726
		218.490	209.444
Não circulante			
Caixa Restrito	9	28.376	25.966
Ativo de contrato	8	1.447.704	1.452.538
Imobilizado		3.024	17.508
Intangível		12	7.308
		1.479.116	1.503.320
Total do ativo		1.697.606	1.712.764
Passivo			
Circulante			
Fornecedores		1.120	782
Empréstimos e financiamentos	11	36.308	32.999
Debêntures	12	24.750	13.632
Salários e encargos		938	987
Impostos e contribuições sociais	14	1.728	1.642
IRPJ e CSLL a recolher	14	894	1.348
Dividendos a pagar	15	69.422	91.597
Outros passivos		4.800	4.193
		139.960	147.180
Não circulante			
Empréstimos e financiamentos	11	215.241	246.999
Debêntures	12	92.407	113.400
Provisão para Contingências	13	2.890	8.266
Imposto de Renda e contribuição social diferidos	14	140.872	125.822
		451.410	494.487
Patrimônio Líquido			
Capital social	15	733.832	733.832
Reserva legal	15	26.719	24.415
Reserva de lucros retidos	15	345.685	312.850
		1.106.236	1.071.097
Total do passivo		1.697.606	1.712.764



A Parcela Variável por Indisponibilidade de Equipamentos (PVI) atingiu 0,43% da RAP auferida em 2024, ficando inferior ao limite estabelecido no Plano de Negócios que é de 1%. Vale lembrar também que a relação PVI/RAP em 2022 foi de 3,97% devido explosão do reator de linha na subestação Rio Verde Norte em função de explosões ocorridas na bucha H1 tipo OIP. Evento similar também tinha ocorrido em 2019. Visando resolver este problema de forma definitiva, a Companhia realizou em 2023 a troca da totalidade das buchas mencionadas buscando mitigar definitivamente o risco de novas ocorrências. No gráfico abaixo, percebe-se o compromisso assumido com elevados padrões de manutenção e capacidade operativa das instalações, refletidas no índice de disponibilidade de 99,9%.



Desempenho Econômico-Financeiro				
Dados econômicos-financeiros (R\$ mil)		Ano		Varição
		2024	2023	(%)
Receita Operacional Bruta Societário		162.845	167.354	-2,77%
Receita de Construção		-	5.661	0,00%
Remuneração dos Ativos de Concessão		117.269	117.067	0,17%
Receita de Operação e Manutenção		45.576	44.626	2,08%
Receita Operacional Líquida Societário		140.654	146.735	-4,32%
Indisponibilidade de Equipamento		647	1.163	-79,80%
Custo de Construção		13.790	-	100,00%
Custos e Despesas Operacionais		22.470	25.113	-11,76%
Depreciação e Amortização		226	208	7,81%
Revisão Tarifária		-	-	0,00%
EBITDA Societário		104.394	121.622	-16,50%
Margem EBITDA Societário		74%	83%	-11,68%
Resultado Financeiro		31.296	35.023	-11,75%
Lucro Líquido Societário		46.084	50.579	-9,75%
Retorno sobre o Patrimônio Líquido		4,17%	4,72%	-13,35%
Receita Operacional Líquida Regulatório		141.252	136.046	3,69%
EBITDA Regulatório*		121.951	118.677	2,68%
Margem EBITDA Regulatório*		86,34%	86,98%	-0,75%
Informações Patrimoniais (R\$ mil)		2024	2023	(%)
Ativo Total		1.697.606	1.712.768	-0,89%
Dívida Bruta		368.706	407.030	-10,39%
Dívida Líquida		291.810	328.717	-12,65%
Patrimônio Líquido		1.106.236	1.071.097	3,18%

Indicadores Financeiros de Dívida			
	2024	2023	(%)
Endividamento (Dívida Líquida / EBITDA Societário)			
	2,8	2,7	3,3%
Índice de Cobertura do Serviço da Dívida			
	1,3	1,4	-3,4%
*EBITDA Regulatório Ajustado - A Companhia realizou os seguintes ajustes:			
(i) desconsiderou os desembolsos com o incentivo à cultura no valor de R\$ 0,5 milhão, pois essas despesas são feitas por meio de leis que permitem que as empresas invistam parte do imposto devido em projetos culturais;			
(ii) não considerou a provisão para devedores duvidosos no valor de R\$ 4,1 milhões, pois são apenas ajustes contábeis.			
Demonstração do resultado - Exercícios findos em 31/12/2024 e 2023 (Em milhares de reais)			
	Nota	31/12/2024	31/12/2023
Receita operacional líquida	16	140.654	146.735
Custo de construção	17	(13.790)	-
Custo de operação e manutenção - O&M	18	(17.196)	(13.626)
Lucro bruto		109.668	133.109
Despesas operacionais	19		
Pessoal		(3.451)	(3.080)
Serviços de terceiros		(2.932)	(2.655)
Perda de crédito esperada		(4.091)	-
Contingências		5.429	(5.264)
Outras Receitas		453	89
Outras despesas		(908)	(785)
Lucro antes das receitas e despesas financeiras e impostos		104.168	121.414
Receitas financeiras	20	8.481	8.727
Despesas financeiras	20	(39.777)	(43.751)
Resultado financeiro (líquido)		(31.296)	(35.024)
Resultado antes da tributação		72.872	86.390
Imposto de Renda e contribuição social - corrente	14	(17.090)	(19.215)
Imposto de Renda e contribuição social - diferido	14	(9.698)	(16.595)
Lucro líquido do exercício		46.084	50.580
Demonstração do resultado abrangente			
Exercícios findos em 31/12/2024 e 2023 - (Em milhares de reais)			
	31/12/2024	31/12/2023	
Lucro líquido do exercício	46.084	50.580	
Total de resultado abrangente do exercício	46.084	50.580	

Demonstração dos fluxos de caixa			
Exercícios findos em 31/12/2024 e 2023 - (Em milhares de reais)			
	31/12/2024	31/12/2023	
Fluxo de caixa das atividades operacionais			
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social	72.872	86.390	
Ajuste para:			
Remuneração do ativo de contrato	(117.269)	(117.067)	
Margem de Construção	-	(5.661)	
Depreciação	226	208	
Despesas de juros de empréstimos e debêntures e custos	39.383	43.245	
Perda de crédito esperada	4.091	-	
Reversão de Contingência	(5.429)	5.264	
Atualização monetária	(342)	(17)	
(Aumento) redução nos ativos e passivos operacionais	(4.467)	(2.087)	
Contas a receber	(1.897)	56	
Imposto de renda e contribuição social a recuperar	(6.019)	5.414	
Outros ativos	117.867	112.039	
Fornecedores	338	(1.228)	
Salários e encargos	(49)	105	
Impostos e contribuições sociais	86	(12)	
Pagamento Imposto de renda e contribuição social	(13.295)	(12.346)	
Contingências	52	1.366	
Outros passivos	1.709	(1.037)	
Disponibilidade proveniente das atividades operacionais	87.857	114.632	
Pagamento de juros - empréstimos e debêntures	(30.903)	(33.715)	
Fluxo de caixa líquido proveniente das atividades operacionais	56.954	80.917	
Fluxo de caixa da atividade de investimento			
Caixa Restrito	(2.408)	(2.481)	
Aquisição de Imobilizado	14.258	(15.326)	
Intangível	7.296	(2.872)	
Caixa líquido proveniente (utilizado nas) das atividades de investimentos	19.146	(20.679)	
Fluxo de caixa da atividade de financiamento			
Captação de Empréstimos	-	45	
Pagamento de principal - Empréstimos e debêntures	(46.804)	(41.987)	
Pagamento de Dividendos	(33.120)	(22.387)	

<div style="display: flex; justify-content: space-between; align-items: center;"> <div style="text-align: center;"> <h2 style="margin: 0;">GUARACIABA TRANSMISSORA DE ENERGIA (TP SUL) S.A.</h2> <p style="margin: 0;">CNPJ/MF nº 15.286.437/0001-00</p> </div> </div>																																																																																																																																																																																																																							
Demonstração das mutações do patrimônio líquido - Exercícios findos em 31/12/2024 e 2023 - (Em milhares de reais)																																																																																																																																																																																																																							
	Capital social	Reservas de lucros	Lucros acumulados	Total																																																																																																																																																																																																																			
	Legal	Lucros retidos	Lucros acumulados	Total																																																																																																																																																																																																																			
Saldos em 31/12/2022	733.832	21.886	217.812	1.032.530																																																																																																																																																																																																																			
Lucro líquido do exercício	-	-	50.580	50.580																																																																																																																																																																																																																			
Dividendos mínimos obrigatórios	-	2.529	(2.529)	-																																																																																																																																																																																																																			
Reserva de retenção de lucros	-	-	(2.038)	(12.013)																																																																																																																																																																																																																			
Saldos em 31/12/2023	733.832	24.415	312.850	1.071.097																																																																																																																																																																																																																			
Lucro líquido do exercício	-	-	46.084	46.084																																																																																																																																																																																																																			
Dividendos mínimos obrigatórios	-	2.304	(2.304)	-																																																																																																																																																																																																																			
Reserva de retenção de lucros	-	-	(10.945)	(10.945)																																																																																																																																																																																																																			
Saldos em 31/12/2024	733.832	26.719	345.685	1.106.236																																																																																																																																																																																																																			
Notas explicativas às demonstrações financeiras - Em 31/12/2024 - (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)																																																																																																																																																																																																																							
<p>1. Contexto operacional: Guaraciaba Transmissora de Energia (TP Sul) S.A. ("Companhia"), Companhia privada, de capital fechado, foi constituída em 14/03/2012 e está estabelecida na Av. Presidente Vargas, 955 - 11º andar, Centro, no Rio de Janeiro. A Companhia é uma Sociedade de Propósito Específico - (SPE) e tem por objeto social a exploração de concessões de Serviços Públicos de Transmissão de Energia, prestados mediante implantação, operação e manutenção de instalações de transmissão e demais serviços complementares necessários à transmissão de energia elétrica. Esta atividade é regulamentada pela Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL), vinculada ao Ministério de Minas e Energia ("MME"). A Companhia foi criada pela State Grid Brazil Holding S.A. ("SGBH"), e pela Copel Geração e Transmissão S.A. ("COPEL Get"), com vistas a desenvolver a concessão objeto do Leilão de Transmissão ANEEL nº 013/2012 ("Leilão"), realizado pela ANEEL. a) Da concessão: A Companhia sagrou-se vencedora do Leilão, arrematando o Lote B, formado pela subestação Marimbondo II (500 kV), pelas linhas de transmissão 500 kV Ribeirãozinho-Rio Verde Norte e Rio Verde Norte - Marimbondo II, e pelo seccionamento das linhas de transmissão (500 kV) Marimbondo - Araraquá C1 e C2 na subestação Marimbondo II, nos estados de Mato Grosso, Goiás e Minas Gerais. As linhas de transmissão têm como objetivo escoar a energia gerada pelas usinas Teles Pires e Colider. A subestação Marimbondo II cumpre as funções de atender às regiões metropolitanas de Goiânia e Brasília e proporciona intercâmbio regional entre o Centro-Oeste e o Sudeste. O Contrato de Concessão nº 013/2012 foi assinado em 10/05/2012, com vigência até 10/05/2042. O Contrato de Concessão de Serviços Públicos de Transmissão de Energia Elétrica é celebrado entre a União (Poder Concedente - Outorgante) e a Companhia (Operadora) e regulamenta a exploração dos serviços públicos de transmissão de energia elétrica pela Companhia, estabelecendo (i) quais os serviços que o operador deve prestar e (ii) os padrões de desempenho para prestação de serviço público, com relação à manutenção e disponibilidade da rede. Ao final da concessão, a Companhia deve transferir a rede de transmissão para o Poder Concedente mediante pagamento de uma indenização. A remuneração é regulada através de mecanismo de tarifa estabelecido nos contratos pela receita anual permitida (RAP), parcela garantida pelo Poder Concedente para remunerar o operador, com fator de reajuste anual pelo IPCA em 1º de julho de cada ano. Além disso, há previsão contratual para revisão tarifária no 5º, 10º e 15º anos de vigência a partir da data de assinatura do contrato. A RAP vencedora do Leilão de Transmissão de R\$ 73.080, foi sendo reajustada de tempos em tempos tendo sido o último reajuste em julho de 2024 quando a RAP teve reajuste de aproximadamente 9,93%, chegando a R\$ 146.252. O montante de RAP a ser pago em 2024 foi de R\$ 154.620. Em setembro de 2016 a Companhia recebeu do ONS o Termo de Liberação Provisória (TLP) para início do escomento parcial entre os trechos desde a subestação de Ribeirãozinho até a subestação de Marimbondo II, da energia produzida na Usina Hidrelétrica (UHE) de Teles Pires. Em 16/02/2018, a Companhia recebeu do Operador Nacional do Sistema Elétrico (ONS), o Termo de Liberação Definitivo (TLD) com o indicativo de Operação Comercial Definitivo em 30/01/2018, desta forma, encontrando-se apta a receber a RAP em sua integralidade. Em 09/02/2021 foi publicada a Resolução Autorizativa (REA) 9693/2021 que autoriza a Companhia a implantar redes em suas instalações de transmissão. O objeto da REA é a implantação de um banco de reatores na subestação de Marimbondo II, com construção de até 30 meses e Receita Anual Permitida (RAP) de R\$ 3.198, data-base junho/2020 quando estiver operando. A companhia começou o investimento no terceiro trimestre de 2021. Em setembro de 2022 foram concluídas as obras do Novo Ramal de Marimbondo (REA 9693/2021) e em 13/10/2022, a Companhia recebeu do Operador Nacional do Sistema Elétrico (ONS), o Termo de Liberação Definitivo (TLD) com o indicativo de Operação Comercial Definitivo em 24/10/2022. b) Regime especial de incentivos para o desenvolvimento da infraestrutura (REIDI): A Companhia, por ter projetos aprovados de construção de infraestrutura no setor de energia, obteve a habilitação para o Regime de Incentivos para o Desenvolvimento da Infraestrutura (REIDI), que concede o benefício fiscal da suspensão da Contribuição para o Programa de Integração Social (PIS) e Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (COFINS). c) Licenciamento Ambiental: A Companhia teve sua Licença de Operação (LO) expedida pelo Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (IBAMA), em 30/08/2016, sob Registro no IBAMA nº 02001.005398/2012-38, emitida sem ressalvas, válida pelo prazo de 10 (dez) anos a partir de sua data de emissão. Todas as condicionantes listadas nesta Licença de Operação estão sendo cumpridas conforme o previsto. d) Revisão Tarifária: Em setembro de 2022, a Companhia recebeu o parecer da Comissão de Regulação de Tarifas (CRT) sobre o ajuste contratual, conforme previsto em Instrução emitida pela Comissão de Valores Mobiliários - CVM. O resultado da revisão tarifária para GTE foi o ajuste valor presente do ativo do contrato em aproximadamente R\$ 146.121. 2. Base de preparação e mensuração: As demonstrações financeiras da Companhia foram preparadas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, as quais incluem as disposições contidas na Lei das Sociedades por Ações e normas e procedimentos contábeis emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC). A Companhia adotou os pronunciamentos, interpretações e orientações, emitidas pelo CPC, que estavam em vigor em 31/12/2024. As demonstrações financeiras foram preparadas utilizando o custo histórico como base de valor, com exceção dos instrumentos financeiros não derivativos. As demonstrações financeiras foram elaboradas com apoio em diversas bases de avaliação utilizadas nas estimativas contábeis. As estimativas contábeis envolvidas na preparação das demonstrações financeiras foram apoiadas em fatores objetivos e subjetivos, com base no julgamento da administração para determinação do valor adequado a ser registrado nas demonstrações financeiras. Itens significativos sujeitos a essas estimativas e premissas incluem a avaliação dos ativos financeiros pelo valor justo e pelo método de ajuste a valor presente, recuperabilidade dos impostos diferidos, análise do risco de crédito para determinação da provisão para dívidas duvidosas, assim como a análise de risco de crédito para determinação de outras provisões, inclusive para contingências. A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores significativamente divergentes dos registrados nas demonstrações financeiras devido ao tratamento probabilístico inerente ao processo de estimativa. A Companhia revisa suas estimativas pelo menos anualmente. As demonstrações financeiras da Companhia foram autorizadas pela administração em 21/02/2025. 3. Moeda funcional e moeda de apresentação: Essas demonstrações financeiras estão apresentadas em Reais, que é a moeda funcional e de apresentação da Companhia. Todos os saldos foram arredondados para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma. 4. Uso de estimativas e julgamentos: Na preparação destas demonstrações financeiras a Administração utilizou julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação das políticas contábeis e os valores reportados dos ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas. As estimativas e premissas são revisadas de forma contínua. As revisões das estimativas são reconhecidas prospectivamente. a) Ativo de Contrato e remuneração do Ativo de Contrato: A Companhia mensura o Ativo de Contrato no início da concessão ao valor justo e posteriormente o mantém ao custo amortizado. No início da concessão, a Taxa de Remuneração do Ativo de Contrato ("Taxa de Remuneração") é estimada pela Companhia por meio de avaliações financeiras, utilizando-se de componentes internos e externos de mercado. O saldo do Ativo de Contrato reflete o valor do fluxo de caixa futuro esperado descontado pela Taxa de Remuneração. O fluxo de caixa é impactado pelas estimativas da Companhia na determinação da Taxa de Remuneração, que deve remunerar o investimento na construção da infraestrutura. Além disso, no fluxo de caixa considera-se a indenização que se espera receber do Poder Concedente ao final da concessão. O valor indenizável é considerado pela Companhia como o valor residual contábil no término da concessão. A Companhia utiliza os seus resultados históricos e se necessário, busca dados de referência de suas acionistas, para determinação de suas estimativas, levando em consideração o tipo de concessão, a região de operação e as condições das cidades de cada leilão. b) Receita de operação e manutenção: As receitas oriundas dos serviços de Operação e Manutenção ("O&M") são determinadas com base nos valores estimados pela Administração para fazer face aos custos de O&M e reconhecidos de forma linear a cada ciclo anual durante o prazo da concessão. c) Margem, receita e custo de construção: A Companhia reconhece em suas demonstrações financeiras margem de lucro sobre os valores registrados a título de custo de construção da infraestrutura de transmissão com base em estimativas no início da concessão. A construção foi efetuada por terceiros, tendo em vista a natureza principal da companhia ser de uma concessionária de transmissão de energia elétrica. d) Avaliação de instrumentos financeiros: A nota explicativa nº 22 oferece informações detalhadas sobre as principais premissas utilizadas pela Companhia na determinação do valor justo de seus instrumentos financeiros, bem como análise de sensibilidade dessas premissas. e) Impostos, contribuições e tributos: Existem incertezas relacionadas à interpretação de regulamentos tributários complexos, bem como ao valor e momento de resultados tributáveis esperados. Em virtude da natureza de longo prazo, a Companhia adota premissas para estimar os valores devidos de impostos. Diferenças entre os resultados reais e as premissas adotadas, ou futuras mudanças nessas premissas, poderiam exigir ajustes futuros na receita e despesa de impostos já registradas. Questionamentos por autoridades fiscais podem surgir em uma variedade de assuntos, dependendo das condições vigentes nas jurisdições onde a Companhia atua. A Companhia constitui provisões, na medida em que julga necessário e com base em estimativas cabíveis, para possíveis consequências de auditorias por parte de autoridades fiscais das jurisdições em que atua. O valor dessas provisões baseia-se em diversos fatores, tais como a experiência em auditorias fiscais anteriores. O Imposto de Renda e a Contribuição Social diferidos, bem como os tributos diferidos, são registrados com base nas diferenças temporárias entre as bases contábeis e as bases fiscais considerando a legislação tributária vigente e os aspectos mencionados na nota explicativa nº 14. 5. Principais políticas contábeis: A Companhia aplicou as principais políticas contábeis descritas abaixo de maneira consistente a todos os exercícios apresentados nestas demonstrações financeiras. 5.1. Caixa e equivalentes de caixa: Os equivalentes de caixa são mantidos com a finalidade de atender os compromissos de caixa de curto prazo e não para investimento ou outros propósitos. Para que um investimento seja qualificado como equivalente de caixa, ele precisa ter conversibilidade imediata em montante conhecido de caixa e estar sujeito a um insignificante risco de mudança de valor. Portanto, um investi-</p>																																																																																																																																																																																																																							
<p>mento normalmente qualifica-se como equivalente de caixa somente quando tem vencimento de curto prazo, por exemplo, três meses ou menos, a contar da data da aquisição. 5.2. Ativo de contrato: De acordo com o CPC 47, o direito à contraprestação por bens e serviços condicionado ao cumprimento de obrigações de desempenho e não somente a passagem do tempo enquadram as transmissoras nessa norma. Com isso, as contraprestações passam a ser classificadas como um "Ativo de Contrato". As adições decorrentes da infraestrutura de transmissão também são registradas como Ativo de Contrato. 5.3. Provisão para redução ao provável valor de recuperação de ativos financeiros: Ativos financeiros são avaliados a cada data de balanço para identificação de eventual indicação de redução no seu valor de recuperação dos ativos (impairment). Os ativos são considerados irrecuperáveis quando existem evidências de que um ou mais eventos tenham ocorrido após o seu reconhecimento inicial e que tenham impactado o seu fluxo estimado de caixa futuro. 5.4. Provisão para redução ao provável valor de recuperação de ativos financeiros: A Companhia adotou a política de provisionar 100% dos saldos vencidos acima de 360 dias e 50% entre 180 e 360 dias. 5.5. Outros ativos: Um ativo é reconhecido no balanço quando for provável que seus benefícios econômicos futuros sejam gerados em favor da Companhia e seu custo ou valor possa ser mensurado com segurança. 5.6. Provisões e passivos circulantes e não circulantes: Uma provisão é reconhecida, quando aplicável, no balanço patrimonial quando a Companhia possui uma obrigação presente como resultado de um evento passado e, é provável que um recurso econômico seja requerido para saldar a obrigação. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido. Os passivos circulantes e não circulantes são demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e/ou variações monetárias incorridas até a data do balanço patrimonial. 5.7. Dividendos: O estatuto social da Companhia prevê que, no mínimo, 25% do lucro líquido anual seja distribuído a título de dividendo. Adicionalmente, de acordo com o estatuto social, compete à Assembleia de Acionistas deliberar sobre o pagamento de juros sobre o capital próprio e dividendos intermediários. Desse modo, no encerramento do exercício social e após as devidas destinações legais, a Companhia registra a provisão equivalente ao dividendo mínimo obrigatório, ao passo que registra os dividendos propostos excedentes ao mínimo obrigatório como "dividendo adicional proposto" no Patrimônio Líquido. 5.8. Receita de remuneração do ativo de contrato: Refere-se à remuneração do investimento no desenvolvimento de infraestrutura para transmissão de energia elétrica e é calculada com base na aplicação da taxa de juros efetiva, que desconta os pagamentos ou recebimentos de caixa futuros estimados durante o prazo de vigência do instrumento (contrato de concessão) sobre o valor do investimento. 5.9. Receita de operação e manutenção: As receitas oriundas dos serviços de Operação e Manutenção ("O&M") são determinadas com base nos valores estimados pela Administração para fazer face aos custos de O&M e reconhecidos de forma linear a cada ciclo anual durante o prazo da concessão (vide nota 4.b). 5.10. Receita de juros sobre aplicações financeiras: A receita de juros é reconhecida no resultado com base na aplicação da taxa de juros efetiva, pelo prazo decorrido, sobre o valor do principal investido. 5.11. Despesas de juros de empréstimos e debêntures: As despesas de juros são reconhecidas no resultado pelo método dos juros efetivos. 5.12. Imposto de renda e contribuição social: O imposto de renda e a contribuição social do exercício corrente e diferido são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$240.000 anual para imposto de renda e 3% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido, e consideram compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro real do exercício. A despesa com imposto de renda e contribuição social compreende os impostos de renda e contribuição social correntes e diferidos e são reconhecidos no resultado. 5.12.1. Despesa de imposto de renda e contribuição social correntes: A despesa de imposto de renda é o imposto a pagar calculado sobre o lucro tributável do exercício e qualquer ajuste aos impostos a pagar com relação aos exercícios anteriores. O montante dos impostos correntes a pagar ou a receber é reconhecido no balanço patrimonial, como ativo ou passivo fiscal, pelo valor apurado com base nos registros contábeis e nos reconhecimentos fiscais. Ele é baseado com o ajuste nas alíquotas de impostos vigentes na data do balanço. Os ativos e passivos fiscais correntes são compensados de acordo com as premissas informadas em legislação pertinente a cada imposto. 5.12.2. Despesa de imposto de renda e contribuição social diferidos: Os passivos fiscais diferidos são reconhecidos com relação às diferenças temporárias entre os valores contábeis de passivos para fins de Demonstrações Financeiras e os usados para fins de tributação. As mudanças dos passivos fiscais diferidos no exercício são reconhecidas como despesa de imposto de renda e contribuição social diferidos. Passivos fiscais diferidos são mensurados com base nas alíquotas que se espera aplicar às diferenças temporárias quando elas forem revertidas, baseando-se nas alíquotas que foram decorridas até a data do balanço. Os ativos fiscais diferidos são reconhecidos com relação às diferenças decorrentes da maneira sob a qual a Companhia espera liquidar seus passivos. 5.13. Encargos regulatórios: A receita de prestação de serviço de transmissão está sujeita aos seguintes impostos, taxas e contribuições, pelas seguintes alíquotas básicas: • Contribuição para Financiamento da Seguridade Social (COFINS) e Programa de Integração Social (PIS) à alíquota de 9,25%; • Reserva Global de Reversão (RGR) quotas anuais definidas com base em 2,5% do investimento "pro rata tempore", observado o limite de 3,0% das receitas da concessionária. É usada para financiar a reversão, encampação, expansão e melhoria do serviço público de energia elétrica, para financiamento de fontes alternativas de energia elétrica, para estudos de implantação e viabilidade de aproveitamentos de potenciais hidráulicos e para o desenvolvimento e implantação de programas projetos destinados ao combate ao desperdício e uso eficiente da energia elétrica. Conforme art. 20 da Lei nº 12.431, de 2011, a vigência deste encargo, cuja extinção estava prevista para o final do exercício de 2010, foi prorrogada até 2035; • Taxa de Fiscalização de Serviços de Energia Elétrica (TFSEE) mensal fixado pelos Despachos emitidos pela ANEEL; • As concessionárias e permissionárias de Serviços Públicos de Transmissão de Energia Elétrica estão obrigadas a destinar anualmente o percentual de 1% de sua receita operacional líquida, apurada de acordo com o dispositivo no Manual de Contabilidade do Setor Elétrico (MCSE), em pesquisa de desenvolvimento do setor elétrico, conforme Lei nº 14.120/21 e Resolução Normativa ANEEL nº 998/20. Esses encargos são apresentados em vigor com deduções da receita de uso do sistema de transmissão na demonstração do resultado. 5.14. Instrumentos financeiros: A Companhia classifica ativos e passivos financeiros não derivativos nas seguintes categorias: ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado e, outros passivos financeiros. a) Ativos e passivos financeiros não derivativos - reconhecimento e desreconhecimento: A Companhia reconhece os ativos e passivos financeiros na data da negociação quando a Companhia se tornar parte das disposições contratuais do instrumento. A Companhia desreconhece um ativo ou passivo financeiro quando sua obrigação contratual é retirada, cancelada ou expirada. Os ativos ou passivos financeiros são compensados e o valor líquido apresentado no balanço patrimonial quando, e somente quando, a Companhia tem atualmente um direito legalmente executável de compensar os valores e tenha a intenção de liquidá-los em uma base líquida ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente. b) Ativos financeiros não derivativos - mensuração: Um ativo financeiro é classificado como mensurado pelo valor justo por meio do resultado caso seja classificado como mantido para negociação ou designado como tal no momento do reconhecimento inicial. Os custos da transação são reconhecidos no resultado conforme incorridos. Esses ativos são mensurados pelo valor justo e mudanças no valor justo, incluindo ganhos com juros e dividendos, quando aplicável, são reconhecidos no resultado do exercício. c) Passivos financeiros não derivativos - mensuração: Um passivo financeiro é classificado como mensurado pelo valor justo por meio do resultado caso seja classificado como mantido para negociação ou designado como tal no momento do reconhecimento inicial. Os custos da transação são reconhecidos no resultado conforme incorridos. Esses passivos financeiros são mensurados pelo valor justo e mudanças no valor justo são reconhecidas no resultado do exercício. Outros passivos financeiros não derivativos são mensurados inicialmente pelo valor justo deduzidos de quaisquer custos de transação diretamente atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, esses passivos financeiros são mensurados pelo custo amortizado utilizando o método dos juros efetivos. 5.15. Normas emitidas, mas ainda não vigentes: As normas e interpretações novas e alteradas emitidas, mas não ainda em vigor até a data de emissão das demonstrações financeiras da Companhia, estão descritas a seguir. A Companhia pretende adotar essas normas e interpretações novas e alteradas, se cabível, quando entrarem em vigor. IFRS 18: Apresentação e Divulgação nas Demonstrações Financeiras: Em abril de 2024, o IASB emitiu o IFRS 18, que substitui o IAS 1 (equivalente ao CPC 26 (R1) - Apresentação de Demonstrações Financeiras). O IFRS 18 introduz novos requisitos para apresentação dentro da demonstração do resultado do exercício, incluindo totais e subtotais especificados. Além disso, as entidades são obrigadas a classificar todas as receitas e despesas dentro da demonstração do resultado do exercício em uma das cinco categorias: operacional, investimento, financiamento, impostos de renda e operações descontinuadas, das quais as três primeiras são novas. A norma também exige a divulgação de medidas de desempenho definidas pela administração, subtotais de receitas e despesas, e inclui novos requisitos para a agregação e desagregação de informações financeiras com base nas "funções" identificadas das demonstrações financeiras primárias (primary financial statements (PFS)) e das notas explicativas. Além disso, alterações de escopo restrito foram feitas ao IAS 7 (equivalente ao CPC 03 (R2) - Demonstração dos Fluxos de Caixa), que incluem a alteração do ponto de partida para determinar os fluxos de caixa das operações pelo método indireto, de "lucro ou prejuízo do período" para "lucro ou prejuízo operacional" e a remoção da opcionalidade à classificação dos fluxos de caixa de dividendos e juros. Além disso, há alterações consequentes em vários outros padrões. O IFRS 17 e as alterações nas outras normas são entradas em vigor para períodos de relatórios iniciados em ou após 01/01/2027, com a aplicação antecipada permitida e devendo ser divulgada, embora no Brasil a adoção antecipada não seja permitida. O IFRS 18 será aplicado retrospectivamente. A Companhia está atualmente trabalhando para identificar todos os impactos que as alterações terão nas demonstrações financeiras primárias e notas explicativas às demonstrações financeiras.</p>																																																																																																																																																																																																																							
<p>6. Caixa e equivalentes de caixa:</p> <table border="1"> <thead> <tr> <th></th> <th style="text-align: right;">31/12/2024</th> <th style="text-align: right;">31/12/2023</th> </tr> </thead> <tbody> <tr> <td>Caixa e Bancos conta movimento</td> <td style="text-align: right;">5.655</td> <td style="text-align: right;">12.728</td> </tr> <tr> <td>Aplicação financeira - CDB Banco Bradesco</td> <td style="text-align: right;">-</td> <td style="text-align: right;">3.449</td> </tr> <tr> <td>Aplicação financeira - CDB Banco ABC</td> <td style="text-align: right;">-</td> <td style="text-align: right;">3.462</td> </tr> <tr> <td>Aplicação financeira - CDB Parana Banco</td> <td style="text-align: right;">4.407</td> <td style="text-align: right;">16.241</td> </tr> <tr> <td>Aplicação financeira - Fundos Banco XP</td> <td style="text-align: right;">17.172</td> <td style="text-align: right;">16.464</td> </tr> <tr> <td>Aplicação financeira - Fundos BTG Pactual</td> <td style="text-align: right;">21.287</td> <td style="text-align: right;">-</td> </tr> <tr> <td></td> <td style="text-align: right;">48.521</td> <td style="text-align: right;">52.345</td> </tr> </tbody> </table> <p>As aplicações financeiras de liquidez imediata são prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e estão sujeitas a um insignificante risco de mudança de valor. Em 31/12/2024 e 31/12/2023, as aplicações financeiras referentes a Certificados de Depósitos Bancários (CDB) foram remuneradas à taxa média de 104,40% e 102,25% do Certificado de Depósito Interbancário (CDI) respectivamente.</p> <p>7. Contas a receber de clientes:</p> <table border="1"> <thead> <tr> <th></th> <th style="text-align: right;">31/12/2024</th> <th style="text-align: right;">31/12/2023</th> </tr> </thead> <tbody> <tr> <td>Vencidos acima de 360 dias</td> <td style="text-align: right;">3.357</td> <td style="text-align: right;">805</td> </tr> <tr> <td>Vencidos entre 181 a 360 dias</td> <td style="text-align: right;">1.546</td> <td style="text-align: right;">105</td> </tr> <tr> <td>Vencidos até 180 dias</td> <td style="text-align: right;">3.465</td> <td style="text-align: right;">2.181</td> </tr> <tr> <td>A vencer</td> <td style="text-align: right;">12.469</td> <td style="text-align: right;">13.279</td> </tr> <tr> <td>Perda de crédito esperada</td> <td style="text-align: right;">(4.091)</td> <td style="text-align: right;">-</td> </tr> <tr> <td></td> <td style="text-align: right;">16.746</td> <td style="text-align: right;">16.370</td> </tr> </tbody> </table> <p>Os faturamentos mensais são efetuados pelo Operador Nacional do Sistema Elétrico (ONS), com três vencimentos, nos dias 15, 25 do mês subsequente e 05 do mês posterior a este. Em 31/12/2024 a Companhia passou a constituir a provisão para perda esperada de crédito de liquidação duvidosa de 100% dos títulos vencidos acima de 360 dias e 50% dos títulos vencidos de 181 dias a 360 dias. A perda de crédito esperada é suficiente para cobrir eventuais perdas na realização desses ativos. Segue abaixo movimentação:</p> <table border="1"> <thead> <tr> <th></th> <th style="text-align: right;">31/12/2024</th> <th style="text-align: right;">31/12/2023</th> </tr> </thead> <tbody> <tr> <td>Saldo Inicial</td> <td style="text-align: right;">-</td> <td style="text-align: right;">-</td> </tr> <tr> <td>Adições</td> <td style="text-align: right;">(4.091)</td> <td style="text-align: right;">-</td> </tr> <tr> <td>Saldo Final</td> <td style="text-align: right;">(4.091)</td> <td style="text-align: right;">-</td> </tr> </tbody> </table> <p>8. Ativo de contrato: O Contrato de Concessão de Serviços Públicos de Transmissão de Energia Elétrica, celebrados entre a União (Poder Concedente - Outorgante) e a Companhia (Operadora) regulamentam a exploração dos serviços públicos de transmissão de energia elétrica pela Companhia, onde:</p> <ul style="list-style-type: none"> • O contrato estabelece quais os serviços que o operador deve prestar; • O contrato estabelece padrões de desempenho para prestação de serviço público, com relação à manutenção e disponibilidade da rede. Ao final da concessão os ativos vinculados à infraestrutura devem ser revertidos ao Poder Concedente mediante pagamento de uma indenização. O preço é regulado através de mecanismo de tarifa estabelecido nos contratos pela Remuneração Anual Permitida (RAP), parcela garantida pelo Poder Concedente para remunerar o operador. A infraestrutura construída da atividade de transmissão é recuperada através de dois fluxos de caixa, a saber: (a) parte através de valores a receber garantidos pelo Poder Concedente relativa à remuneração anual permitida (RAP) durante o prazo da concessão. Os valores da RAP garantida são determinados pelo Operador Nacional do Setor Elétrico (ONS), conforme contrato, e recebidos dos participantes do setor elétrico por ela designados pelo uso da rede de transmissão disponibilizada; e (b) parte como indenização dos bens reversíveis no final do prazo da concessão, a ser recebida diretamente do Poder Concedente ou para quem ele delegar essa tarefa. Essa indenização será efetuada com base nas parcelas dos investimentos vinculados a bens reversíveis, com recebimento previsto para um período de 30 anos cujos critérios de pagamento ainda serão definidos pelo Poder Concedente. A seguir é apresentada a composição do Ativo de Contrato da Companhia: <table border="1"> <thead> <tr> <th></th> <th style="text-align: right;">31/12/2024</th> <th style="text-align: right;">31/12/2023</th> </tr> </thead> <tbody> <tr> <td>Serviços de construção</td> <td style="text-align: right;">2.249.212</td> <td style="text-align: right;">2.131.943</td> </tr> <tr> <td>Amortização do ativo de contrato</td> <td style="text-align: right;">(679.405)</td> <td style="text-align: right;">(561.538)</td> </tr> <tr> <td>Total líquido</td> <td style="text-align: right;">1.569.807</td> <td style="text-align: right;">1.570.405</td> </tr> <tr> <td>Circulante</td> <td style="text-align: right;">122.103</td> <td style="text-align: right;">117.867</td> </tr> <tr> <td>Não circulante</td> <td style="text-align: right;">1.447.704</td> <td style="text-align: right;">1.452.538</td> </tr> <tr> <td>Total</td> <td style="text-align: right;">1.569.807</td> <td style="text-align: right;">1.570.405</td> </tr> </tbody> </table> <p>9. Caixa restrito: O saldo representa o valor acumulado nas contas reservas do BNDES e das Debêntures, apresentado em garantia ao Contrato de Financiamento firmado com o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) e com o Banco de Seguros do Brasil (BSB) para emissão de Debêntures da Companhia. O preenchimento destas contas reservas segue estritamente as condições previstas nos instrumentos contratuais, sendo ajustado periodicamente conforme apuração realizada pelo banco administrador e pelos financiadores. A totalidade do saldo está aplicada em CDB ou em fundos de investimento lastreado em títulos públicos federais, conforme previsão contratual. Além das contas reservas, o contrato estabelece que em caso de ICSD inferior a 1,2, a Companhia deverá preencher a Conta de Complementação de ICSD de forma a manter o montante equivalente à diferença monetária entre o índice apurado e o valor equivalente a um ICSD mínimo de 1,2. Para o exercício findo em 31/12/2024, não foi requerido comprar a conta complementação de ICSD. Em 31/12/2024, o saldo do Caixa Restrito está compositado conforme segue:</p> <table border="1"> <thead> <tr> <th></th> <th style="text-align: right;">31/12/2024</th> <th style="text-align: right;">Movimentação</th> <th style="text-align: right;">31/12/2023</th> </tr> </thead> <tbody> <tr> <td>Pagamento Debêntures</td> <td style="text-align: right;">-</td> <td style="text-align: right;">(22)</td> <td style="text-align: right;">22</td> </tr> <tr> <td>Reserva de Debêntures</td> <td style="text-align: right;">13.957</td> <td style="text-align: right;">1.263</td> <td style="text-align: right;">12.694</td> </tr> <tr> <td>Reserva de BNDES</td> <td style="text-align: right;">14.419</td> <td style="text-align: right;">1.169</td> <td style="text-align: right;">13.250</td> </tr> <tr> <td></td> <td style="text-align: right;">28.376</td> <td style="text-align: right;">2.410</td> <td style="text-align: right;">25.966</td> </tr> </tbody> </table> <table border="1"> <thead> <tr> <th></th> <th style="text-align: right;">31/12/2024</th> <th style="text-align: right;">31/12/2023</th> </tr> </thead> <tbody> <tr> <td>Circulante</td> <td style="text-align: right;">-</td> <td style="text-align: right;">25.966</td> </tr> <tr> <td>Não circulante</td> <td style="text-align: right;">28.376</td> <td style="text-align: right;">25.966</td> </tr> <tr> <td></td> <td style="text-align: right;">28.376</td> <td style="text-align: right;">25.966</td> </tr> </tbody> </table> <p>10. Estoque: Os estoques são compostos principalmente por materiais essenciais para a operação das subestações como reatores, transformadores, disjuntores, entre outros. Esses itens são consumidos de acordo com a demanda de manutenção preventiva e corretiva ao longo do exercício. Além disso, o estoque também abriga estruturas metálicas das torres das linhas de transmissão. O custo dos estoques é determinado pelo método de alocação de custo médio. As provisões para estoques de baixa rotatividade ou obsoletos são constituídas quando consideradas necessárias pela Administração.</p> <table border="1"> <thead> <tr> <th></th> <th style="text-align: right;">31/12/2024</th> <th style="text-align: right;">Movimentação</th> <th style="text-align: right;">31/12/2023</th> </tr> </thead> <tbody> <tr> <td>Almoxarifado de Manutenção e Operação</td> <td style="text-align: right;">25.450</td> <td style="text-align: right;">7.902</td> <td style="text-align: right;">17.548</td> </tr> <tr> <td>Baixas</td> <td style="text-align: right;">(4.043)</td> <td style="text-align: right;">(4.043)</td> <td style="text-align: right;">-</td> </tr> <tr> <td></td> <td style="text-align: right;">21.407</td> <td style="text-align: right;">3.859</td> <td style="text-align: right;">17.548</td> </tr> </tbody> </table> <p>11. Empréstimos e financiamentos:</p> <table border="1"> <thead> <tr> <th></th> <th style="text-align: right;">31/12/2023</th> <th style="text-align: right;">Juros Apropriadados (de Juros)</th> <th style="text-align: right;">Amortização (de Juros)</th> <th style="text-align: right;">Amortização (Principal)</th> <th style="text-align: right;">31/12/2024</th> </tr> </thead> <tbody> <tr> <td>BNDES Subcrédito A</td> <td style="text-align: right;">267.463</td> <td style="text-align: right;">22.611</td> <td style="text-align: right;">(20.625)</td> <td style="text-align: right;">(29.135)</td> <td style="text-align: right;">240.314</td> </tr> <tr> <td>BNDES Subcrédito B</td> <td style="text-align: right;">1.186</td> <td style="text-align: right;">906</td> <td style="text-align: right;">(823)</td> <td style="text-align: right;">(1.234)</td> <td style="text-align: right;">10.035</td> </tr> <tr> <td>BNDES Subcrédito C</td> <td style="text-align: right;">1.349</td> <td style="text-align: right;">85</td> <td style="text-align: right;">(74)</td> <td style="text-align: right;">(160)</td> <td style="text-align: right;">1.200</td> </tr> <tr> <td></td> <td style="text-align: right;">279.998</td> <td style="text-align: right;">23.602</td> <td style="text-align: right;">(21.522)</td> <td style="text-align: right;">(30.529)</td> <td style="text-align: right;">251.549</td> </tr> </tbody> </table> <table border="1"> <thead> <tr> <th></th> <th style="text-align: right;">31/12/2023</th> <th style="text-align: right;">Liberação (de Juros)</th> <th style="text-align: right;">Amortização (de Juros)</th> <th style="text-align: right;">Amortização (Principal)</th> <th style="text-align: right;">31/12/2024</th> </tr> </thead> <tbody> <tr> <td>BNDES Subcrédito A</td> <td style="text-align: right;">291.452</td> <td style="text-align: right;">- 25.419</td> <td style="text-align: right;">(22.731)</td> <td style="text-align: right;">(26.677)</td> <td style="text-align: right;">266.645</td> </tr> <tr> <td>BNDES Subcrédito B</td> <td style="text-align: right;">12.208</td> <td style="text-align: right;">- 1.020</td> <td style="text-align: right;">(908)</td> <td style="text-align: right;">(1.134)</td> <td style="text-align: right;">11.186</td> </tr> <tr> <td>BNDES Subcrédito C</td> <td style="text-align: right;">1.437</td> <td style="text-align: right;">45</td> <td style="text-align: right;">95</td> <td style="text-align: right;">(82)</td> <td style="text-align: right;">1.349</td> </tr> <tr> <td></td> <td style="text-align: right;">305.097</td> <td style="text-align: right;">45</td> <td style="text-align: right;">26.534</td> <td style="text-align: right;">(27.957)</td> <td style="text-align: right;">279.998</td> </tr> </tbody> </table> <table border="1"> <thead> <tr> <th></th> <th style="text-align: right;">2025</th> <th style="text-align: right;">2026</th> <th style="text-align: right;">do contrato</th> <th style="text-align: right;">Total</th> </tr> </thead> <tbody> <tr> <td>BNDES Subcrédito A</td> <td style="text-align: right;">34.689</td> <td style="text-align: right;">34.689</td> <td style="text-align: right;">170.937</td> <td style="text-align: right;">240.314</td> </tr> <tr> <td>BNDES Subcrédito B</td> <td style="text-align: right;">1.447</td> <td style="text-align: right;">1.447</td> <td style="text-align: right;">7.141</td> <td style="text-align: right;">10.035</td> </tr> <tr> <td>BNDES Subcrédito C</td> <td style="text-align: right;">172</td> <td style="text-align: right;">172</td> <td style="text-align: right;">855</td> <td style="text-align: right;">1.200</td> </tr> <tr> <td>Total</td> <td style="text-align: right;">36.308</td> <td style="text-align: right;">36.308</td> <td style="text-align: right;">178.933</td> <td style="text-align: right;">251.549</td> </tr> </tbody> </table> <p>Cláusulas restritivas (Covenants): Conforme contrato de financiamento junto ao BNDES, a Companhia deve apresentar anualmente Índice de Cobertura do Serviço da Dívida (ICSD) maior ou igual a 1,20 e Índice de Capital Próprio igual ou superior a 20%. Em 31/12/2024, a Companhia estava em conformidade com as suas</p>						31/12/2024	31/12/2023	Caixa e Bancos conta movimento	5.655	12.728	Aplicação financeira - CDB Banco Bradesco	-	3.449	Aplicação financeira - CDB Banco ABC	-	3.462	Aplicação financeira - CDB Parana Banco	4.407	16.241	Aplicação financeira - Fundos Banco XP	17.172	16.464	Aplicação financeira - Fundos BTG Pactual	21.287	-		48.521	52.345		31/12/2024	31/12/2023	Vencidos acima de 360 dias	3.357	805	Vencidos entre 181 a 360 dias	1.546	105	Vencidos até 180 dias	3.465	2.181	A vencer	12.469	13.279	Perda de crédito esperada	(4.091)	-		16.746	16.370		31/12/2024	31/12/2023	Saldo Inicial	-	-	Adições	(4.091)	-	Saldo Final	(4.091)	-		31/12/2024	31/12/2023	Serviços de construção	2.249.212	2.131.943	Amortização do ativo de contrato	(679.405)	(561.538)	Total líquido	1.569.807	1.570.405	Circulante	122.103	117.867	Não circulante	1.447.704	1.452.538	Total	1.569.807	1.570.405		31/12/2024	Movimentação	31/12/2023	Pagamento Debêntures	-	(22)	22	Reserva de Debêntures	13.957	1.263	12.694	Reserva de BNDES	14.419	1.169	13.250		28.376	2.410	25.966		31/12/2024	31/12/2023	Circulante	-	25.966	Não circulante	28.376	25.966		28.376	25.966		31/12/2024	Movimentação	31/12/2023	Almoxarifado de Manutenção e Operação	25.450	7.902	17.548	Baixas	(4.043)	(4.043)	-		21.407	3.859	17.548		31/12/2023	Juros Apropriadados (de Juros)	Amortização (de Juros)	Amortização (Principal)	31/12/2024	BNDES Subcrédito A	267.463	22.611	(20.625)	(29.135)	240.314	BNDES Subcrédito B	1.186	906	(823)	(1.234)	10.035	BNDES Subcrédito C	1.349	85	(74)	(160)	1.200		279.998	23.602	(21.522)	(30.529)	251.549		31/12/2023	Liberação (de Juros)	Amortização (de Juros)	Amortização (Principal)	31/12/2024	BNDES Subcrédito A	291.452	- 25.419	(22.731)	(26.677)	266.645	BNDES Subcrédito B	12.208	- 1.020	(908)	(1.134)	11.186	BNDES Subcrédito C	1.437	45	95	(82)	1.349		305.097	45	26.534	(27.957)	279.998		2025	2026	do contrato	Total	BNDES Subcrédito A	34.689	34.689	170.937	240.314	BNDES Subcrédito B	1.447	1.447	7.141	10.035	BNDES Subcrédito C	172	172	855	1.200	Total	36.308	36.308	178.933	251.549
	31/12/2024	31/12/2023																																																																																																																																																																																																																					
Caixa e Bancos conta movimento	5.655	12.728																																																																																																																																																																																																																					
Aplicação financeira - CDB Banco Bradesco	-	3.449																																																																																																																																																																																																																					
Aplicação financeira - CDB Banco ABC	-	3.462																																																																																																																																																																																																																					
Aplicação financeira - CDB Parana Banco	4.407	16.241																																																																																																																																																																																																																					
Aplicação financeira - Fundos Banco XP	17.172	16.464																																																																																																																																																																																																																					
Aplicação financeira - Fundos BTG Pactual	21.287	-																																																																																																																																																																																																																					
	48.521	52.345																																																																																																																																																																																																																					
	31/12/2024	31/12/2023																																																																																																																																																																																																																					
Vencidos acima de 360 dias	3.357	805																																																																																																																																																																																																																					
Vencidos entre 181 a 360 dias	1.546	105																																																																																																																																																																																																																					
Vencidos até 180 dias	3.465	2.181																																																																																																																																																																																																																					
A vencer	12.469	13.279																																																																																																																																																																																																																					
Perda de crédito esperada	(4.091)	-																																																																																																																																																																																																																					
	16.746	16.370																																																																																																																																																																																																																					
	31/12/2024	31/12/2023																																																																																																																																																																																																																					
Saldo Inicial	-	-																																																																																																																																																																																																																					
Adições	(4.091)	-																																																																																																																																																																																																																					
Saldo Final	(4.091)	-																																																																																																																																																																																																																					
	31/12/2024	31/12/2023																																																																																																																																																																																																																					
Serviços de construção	2.249.212	2.131.943																																																																																																																																																																																																																					
Amortização do ativo de contrato	(679.405)	(561.538)																																																																																																																																																																																																																					
Total líquido	1.569.807	1.570.405																																																																																																																																																																																																																					
Circulante	122.103	117.867																																																																																																																																																																																																																					
Não circulante	1.447.704	1.452.538																																																																																																																																																																																																																					
Total	1.569.807	1.570.405																																																																																																																																																																																																																					
	31/12/2024	Movimentação	31/12/2023																																																																																																																																																																																																																				
Pagamento Debêntures	-	(22)	22																																																																																																																																																																																																																				
Reserva de Debêntures	13.957	1.263	12.694																																																																																																																																																																																																																				
Reserva de BNDES	14.419	1.169	13.250																																																																																																																																																																																																																				
	28.376	2.410	25.966																																																																																																																																																																																																																				
	31/12/2024	31/12/2023																																																																																																																																																																																																																					
Circulante	-	25.966																																																																																																																																																																																																																					
Não circulante	28.376	25.966																																																																																																																																																																																																																					
	28.376	25.966																																																																																																																																																																																																																					
	31/12/2024	Movimentação	31/12/2023																																																																																																																																																																																																																				
Almoxarifado de Manutenção e Operação	25.450	7.902	17.548																																																																																																																																																																																																																				
Baixas	(4.043)	(4.043)	-																																																																																																																																																																																																																				
	21.407	3.859	17.548																																																																																																																																																																																																																				
	31/12/2023	Juros Apropriadados (de Juros)	Amortização (de Juros)	Amortização (Principal)	31/12/2024																																																																																																																																																																																																																		
BNDES Subcrédito A	267.463	22.611	(20.625)	(29.135)	240.314																																																																																																																																																																																																																		
BNDES Subcrédito B	1.186	906	(823)	(1.234)	10.035																																																																																																																																																																																																																		
BNDES Subcrédito C	1.349	85	(74)	(160)	1.200																																																																																																																																																																																																																		
	279.998	23.602	(21.522)	(30.529)	251.549																																																																																																																																																																																																																		
	31/12/2023	Liberação (de Juros)	Amortização (de Juros)	Amortização (Principal)	31/12/2024																																																																																																																																																																																																																		
BNDES Subcrédito A	291.452	- 25.419	(22.731)	(26.677)	266.645																																																																																																																																																																																																																		
BNDES Subcrédito B	12.208	- 1.020	(908)	(1.134)	11.186																																																																																																																																																																																																																		
BNDES Subcrédito C	1.437	45	95	(82)	1.349																																																																																																																																																																																																																		
	305.097	45	26.534	(27.957)	279.998																																																																																																																																																																																																																		
	2025	2026	do contrato	Total																																																																																																																																																																																																																			
BNDES Subcrédito A	34.689	34.689	170.937	240.314																																																																																																																																																																																																																			
BNDES Subcrédito B	1.447	1.447	7.141	10.035																																																																																																																																																																																																																			
BNDES Subcrédito C	172	172	855	1.200																																																																																																																																																																																																																			
Total	36.308	36.308	178.933	251.549																																																																																																																																																																																																																			

GUARACIABA TRANSMISSORA DE ENERGIA (TP SUL) S.A.

CNPJ/MF nº 15.286.437/0001-00

período de amortização do contrato, recursos na "Conta Reserva", com valores equivalentes a três vezes o valor da prestação mensal vencida do serviço da dívida incluindo principal, juros e demais despesas pagas. (f) Manter em situação regular suas obrigações junto aos órgãos do meio ambiente e demais órgãos fiscalizadores de aspectos socioambientais, durante o período de vigência deste Contrato; (g) Informar ao BNDES sobre a existência de qualquer ação ou decisão judicial, processo, procedimento ou decisão administrativa relacionada ao projeto, especialmente quanto aos aspectos ambientais e/ou sociais, no prazo de 3 dias úteis a contar da data em que a beneficiária teve conhecimento da existência de tal ação ou decisão judicial, processo, procedimento ou decisão administrativa; e Adotar, durante o período de vigência deste Contrato, as medidas e ações destinadas a evitar ou corrigir danos ao meio ambiente, segurança e medicina do trabalho que possam vir a ser causados pelo projeto de que trata a Cláusula Primeira (Natureza, Valor e Finalidade do Contrato). (h) Apurar anualmente o Índice de Cobertura do Serviço da Dívida (ICSD), calculado conforme metodologia constante no contrato. Em 31/12/2024, não houve incidência de nenhum evento que requeresse comunicação ao BNDES. **12. Debêntures:** Além do contrato de financiamento com BNDES, em 2018 a Companhia emitiu debêntures simples, não conversíveis em ações, em série única para distribuição com esforços restritos, conforme ICVM nº 476, tendo a liquidação ocorrido em 03/10/2018. A emissão ocorreu nos termos da Lei 12.431/11, conforme alterada, tendo em vista o enquadramento do Projeto pelo Ministério de Minas e Energia (MME). As debêntures possuem as seguintes características: • Oferta: 2ª Emissão de Debêntures, não conversíveis em ações via ICVM nº 476/09 (Lei 12.431); • Código do ativo registrado na CETIP: TPSU12; • Valor nominal unitário: R\$1.000 (um mil reais) na data da emissão; • Data de emissão: 15/07/2018; • Pagamento: Semestral, sendo a 1ª amortização em 15/06/2019; • Data de vencimento: 15/12/2030; • Quantidades de debêntures emitidas: 118.000; • Volume da Série: R\$118.000; • Tipo de Remuneração: IPCA; • Taxa de Juros/Spread: 7,3870% a.a.; • Garantias compartilhadas com o BNDES. A seguir é apresentada a movimentação das debêntures:

	31/12/2023	Apro-riados	Amorti-zação	Amorti-zação	Custo de transação a amortizar	31/12/2024
Debêntures	129.131	15.482	(9.381)	(16.275)	-	118.957
Custo de transação	(2.099)	127.032	15.482	(9.381)	(16.275)	299
						117.157
Debêntures	136.941	16.214	(9.994)	(14.030)	-	129.131
Custo de transação	(2.596)	134.345	16.214	(9.994)	(14.030)	497
						127.032

Em 31/12/2024, o cronograma de vencimento das Debêntures está detalhado a seguir:

	2025	2026	2027 até o fim do contrato	Total
Debêntures	18.459	18.123	82.375	118.957
	18.459	18.123	82.375	118.957

As debêntures possuem cláusulas restritivas "covenants" financeiras e não financeiras de vencimento antecipado, incluindo o cumprimento do Índice de Cobertura do Serviço da Dívida no mínimo 1,20, a partir de 31/12/2019, e Índice de Capital Próprio igual ou superior a 20% durante toda a sua vigência. Em 31/12/2024 todas as cláusulas restritivas estabelecidas no contrato de financiamento foram cumpridas pela Companhia. A mensuração do cálculo é requerida anualmente, na data base do exercício. Adicionalmente, o contrato de financiamento estabelece covenants financeiros e obrigações a serem observados pela Companhia. As principais obrigações foram integralmente cumpridas, e encontram-se transcritas abaixo: (a) Deixar de ter suas demonstrações financeiras auditadas por auditor independente registrado na CVM; (b) Redução do capital social da emissora, independentemente da distribuição de recursos às suas acionistas diretas e indiretas, ou cancelamento de adiantamento para futuro aumento de capital realizados por acionistas da emissora, sem prévia autorização do debenturista. (c) Não constituir, sem autorização prévia do BNDES, penhor ou gravame sobre os direitos do Contrato de Cessão fiduciária. (d) Vincular, em favor de outro credor, os direitos creditórios a serem dados em garantia ao BNDES. (e) Sem prévia autorização do BNDES, não realizar distribuição de dividendos e/ou pagamentos de juros sobre capital próprio cujo valor, isoladamente ou em conjunto, supere 25% (vinte e cinco por cento) do lucro líquido ajustado. Em 31/12/2024 não houve incidência de nenhum evento que requeresse comunicação ao BNDES. **13. Provisão para contingências:** A Companhia, com base na avaliação de seus assessores legais, constitui provisões para as ações cujas perdas são consideradas prováveis. As provisões realizadas são relacionadas, em especial, a: (i) Causas Trabalhistas, que são referentes a ações movidas por ex-empregados de empreiteiros e empresas terceirizadas (pletitando a responsabilidade subsidiária da companhia), envolvendo cobrança de parcelas indenizatórias e outras; (ii) Cíveis, são referentes as Serviços Administrativos e Ação Indenizatória, que ocorre quando há divergência entre o valor avaliado pela Companhia para pagamento e o pleiteado pelo proprietário e/ou quando a documentação do proprietário não apresenta condições de registro (espólios com inventários em andamento, propriedades sem matrículas, entre outras). Decorrem também da intervenção no uso do capital de terceiros, seja na qualidade de confrontante, seja no caso de imóvel onde há áreas de servidão de passagem, a fim de preservar os limites e confrontações das faixas de servidão. As contingências provisionadas estão classificadas conforme abaixo:

	31/12/2023	31/12/2024
Provisões Trabalhistas	313	1.119
Provisões Cíveis	182	2.559
Provisões Tributárias	(326)	27.659
Provisões Regulatórias	169	31.337
Saldo em 31/12/2022	313	1.119
Adições	182	2.559
Pagamentos ou reversões	(326)	27.659
Saldo em 31/12/2023	169	31.337
Adições	854	1.092
Pagamentos ou reversões	(885)	(2.050)
Saldo em 31/12/2024	138	2.750

(a) Refere-se ao processo de ação anulatória do Auto de Infração nº 003/ISSQN/PMR/2017, lavrado em 17/10/2017, pela Secretaria da Fazenda do Município de Ribeirãozinho/MT, com vistas à cobrança de valores a título de Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza - ISSQN, referentes a fatos geradores supostamente ocorridos nos exercícios de 2013 a 2017. No segundo trimestre de 2024, os advogados encarregados pelo processo efetuaram a revisão do prognóstico de perda deste processo, mudando a sua classificação de provável para possível, no montante atualizado de R\$2.276. Com base nessa análise, a Companhia atualizou seu registro e divulgação. (b) Refere-se à provisão constituída em dezembro de 2023 para desconto de receita após queda de torre em função de evento climático extremo. Em janeiro de 2024, a Companhia reverteu a provisão após obter decisão liminar favorável suspendendo o desconto de qualquer valor até a decisão de mérito. As contingências com prognóstico de perda possível estão classificadas conforme abaixo:

	31/12/2023	31/12/2024
Trabalhistas	1.119	1.044
Tributária	2.559	393
Cível	27.659	102.249
	31.337	103.686

(c) Refere-se basicamente a processo de execução de apólice de fiel cumprimento (R\$78.282) e processo execução de garantia (R\$15.171) em 31/12/2023, no segundo trimestre de 2024, os advogados encarregados pelo processo relacionado à execução da apólice de fiel cumprimento vinculada ao contrato de concessão, em virtude do atraso na entrada em operação comercial do empreendimento, efetuaram a revisão do prognóstico de perda deste processo, mudando a sua classificação de possível para remoto, no montante atualizado de R\$86.323. Com base nessa análise, a Companhia atualizou a sua divulgação. Adicionalmente ao exposto acima, cabe ressaltar que a Companhia é parte em um processo arbitral, movido pela Companhia pleiteando aplicação de multa por descumprimento de cláusulas contratuais. Até agosto de 2024, não havia um prognóstico de perda claro neste processo em função de etapas processuais que ainda seriam realizadas, como audiência com a participação do perito nomeado pelos árbitros e assistentes técnicos nomeados pelas partes, quando então, as partes firmarem um acordo terminativo e preventivo de litígios, por meio do qual decidiram dar fim ao processo arbitral e ações judiciais relacionadas. Em virtude deste acordo, a Companhia recebeu o valor de R\$12.000, sendo R\$11.303 reconhecidos como recuperação de custo de construção, conforme nota explicativa nº 18, e R\$697 referentes à atualização monetária. **14. Imposto de renda e contribuição social correntes e diferidos:** O imposto de renda e a contribuição social são apurados respectivamente com base no Lucro Real/Prejuízo Fiscal e Base Negativa. Foram apurados considerando a avaliação feita pela administração com base nos fluxos de caixa futuros e testes de recuperabilidade dos investimentos que indicaram que a Companhia terá rentabilidade para compensar os prejuízos fiscais acumulados. O valor do passivo diferido refere-se a diferenças temporárias apuradas com base na remuneração do ativo de contrato.

Ativo Diferido		IR - 25%	CSLL - 9%	Total
Saldo em 31/12/2023	53.531	19.989	75.520	129.050
Adições 2024	1.905	701	2.606	4.212
Amortização 2024	(3.935)	(1.416)	(5.351)	(8.751)
Saldo em 31/12/2024	53.531	19.284	72.815	125.630
Passivo Diferido		IR - 25%	CSLL - 9%	Total
Saldo em 31/12/2023	148.096	53.286	201.382	399.764
Adições 2024	29.317	10.554	39.871	79.742
Amortização 2024	(20.270)	(7.296)	(27.566)	(55.132)
Saldo em 31/12/2024	157.143	56.544	213.687	367.374
Líquido em 31/12/2024	103.612	37.260	140.872	281.744
Líquido em 31/12/2023	92.535	33.287	125.822	259.644
Imposto a Recuperar		IR - 25%	CSLL - 9%	Total
Saldo em 31/12/2023	291	297	588	886
Pagamento por estimativa	1.646	592	2.238	3.484
Saldo em 31/12/2024	1.937	889	2.826	3.826

Passivo Corrente		IR - 25%	CSLL - 9%	Total
Saldo em 31/12/2023	965	363	1.348	1.348
Pagamentos 2023	(1.047)	(412)	(1.459)	(1.459)
Adições 2024	13.094	4.722	17.816	17.816
Compensação IR retido sobre aplicação financeira	(1.772)	-	(1.772)	(1.772)
Compensação imposto retido sobre faturamento	(69)	(20)	(89)	(89)
Compensação Prejuízos Fiscais / Base Negativa	(3.935)	(1.417)	(5.352)	(5.352)
Compensação pagamento por estimativa	(6.615)	(2.983)	(9.598)	(9.598)
Saldo em 31/12/2024	621	273	894	894
Resultado		31/12/2024	31/12/2023	
Imposto de renda diferido passivo	(7.142)	(12.092)	-	-
Imposto de renda corrente	(12.368)	(13.999)	-	-
	(19.510)	(26.091)	-	-
Contribuição social diferido passivo	(2.556)	(4.504)	-	-
Contribuição social corrente	(4.722)	(5.215)	-	-
	(7.278)	(9.719)	-	-
	(26.788)	(35.810)	-	-
Líquido		31/12/2024	31/12/2023	
15. Patrimônio líquido: a) Capital social: Em 31/12/2024 e 31/12/2023, o capital social subscrito integralizado da Companhia é de R\$733.832 (setecentos e trinta e três milhões, oitocentos e trinta e dois mil e trezentos e três reais) dividido em 733.832 ações ordinárias nominativas subscritas e integralizadas, no valor nominal de R\$1,00 cada, pela State Grid Brazil Holding S.A. e Copel Geração e Transmissão S.A., na proporção de 51% e 49%, respectivamente. A composição do capital social subscrito da Companhia é como se segue:	31/12/2024	31/12/2023	%	
State Grid Brazil Holding S.A.	374.254	374.254	51%	
Copel Geração e Transmissão S.A.	359.578	359.578	49%	
	733.832	733.832	100%	

b) Reserva legal: A reserva legal é constituída com base em 5% do lucro líquido do exercício, observando-se os limites previstos pela Lei das Sociedades por Ações. c) Dividendos: Aos acionistas é garantido estatutariamente um dividendo mínimo obrigatório de 25% do lucro líquido após a destinação para reserva legal, calculado nos termos do artigo 202 da Lei das Sociedades por Ações, nº 6.404/76. Em 28/06/2023, a Companhia pagou o valor de R\$10.374, referente à distribuição parcial de dividendos mínimos obrigatórios dos exercícios anteriores. Em 31/12/2023, a Companhia destinou o valor de R\$12.013, equivalente a 25% do lucro líquido ajustado após a destinação de 5% para reserva legal, para distribuição de dividendos mínimos obrigatórios, sendo R\$0,016,37 para cada ação do capital social. Em 10/05/2024, a Companhia pagou o valor de R\$20.976 e em 27/11/2024, a Companhia pagou o valor de R\$12.144, referente à distribuição parcial de dividendos mínimos obrigatórios dos exercícios anteriores. Em 31/12/2024, a Companhia destinou o valor de R\$10.945, equivalente a 25% do lucro líquido ajustado após a destinação de 5% para reserva legal, para distribuição de dividendos mínimos obrigatórios, sendo R\$0,0149 para cada ação do capital social. d) Reserva de retenção de lucros: A Companhia destinou para a conta de Reserva de retenção de lucros, os lucros excedentes após o cálculo da reserva legal e dividendos mínimos obrigatórios.

	31/12/2024	31/12/2023
16. Receita operacional líquida:		
Remuneração dos ativos de contrato	117.269	117.067
Recicla de Operação e Manutenção	45.282	44.346
Outras de Receitas	294	279
Recicla operacional bruta	162.845	161.353
Deduções da receita operacional		
Pesquisa e desenvolvimento - P&D	(1.412)	(1.360)
Reserva global de reversão - RGR	(4.634)	(3.783)
Taxa de fiscalização dos serviços de 30/06 energia elétrica - TFSEE	(548)	(520)
Pis	(2.782)	(2.668)
Cofins	(12.815)	(12.287)
Total receita operacional líquida	140.556	146.735
17. Custo de construção:	31/12/2024	31/12/2023
Máquinas e equipamentos	(1.888)	-
Serviços de terceiros	(12.923)	-
Recuperação Custo de Construção (a)	11.303	-
Serviço	(10.282)	-
Total	(13.790)	-

(a) Refere-se ao valor recuperado através da transação de acordo terminativo e preventivo de litígios mencionada na nota explicativa nº 14. **18. Custo de operação e manutenção:**

	31/12/2024	31/12/2023
Pessoal	(5.282)	(5.716)
Materiais	(4.443)	(1.010)
Serviços de terceiros	(4.904)	(4.540)
Arrendamentos e alugueis	(564)	(1.690)
Seguros	(386)	(430)
Tributos	(687)	(240)
Recuperação de despesas	70	-
Total	(17.196)	(13.626)

19. Despesas operacionais e administrativas:

	31/12/2024	31/12/2023
Pessoal	(3.451)	(3.080)
Materiais	(17)	(14)
Serviços de terceiros	(2.932)	(2.655)
Arrendamentos e alugueis	(1)	(5)
Seguros	(72)	(60)
Doações, contribuições e subvenções	(464)	(464)
Perdas de crédito esperada	(4.091)	-
Contingência	5.429	(5.264)
Tributos	(11)	(4)
Depreciação	(199)	(182)
Amortização	(26)	(26)
Outras Receitas	453	69
Total	(5.500)	(11.695)

20. Receitas (despesas) financeiras:

	31/12/2024	31/12/2023
Receitas de aplicações financeiras	7.843	9.127
Variáveis monetárias ativas	1.042	15
Juros sobre recebimentos	9	10
Outras receitas financeiras	1	-
Pis sobre receitas financeiras	(5)	(59)
Cofins sobre receitas financeiras	(356)	(366)
Total	8.481	8.727

Despesas financeiras

	31/12/2024	31/12/2023
Variáveis monetárias passivas	(138)	(117)
Juros e multas	(1)	(152)
Juros sobre empréstimos e debêntures	(39.083)	(42.345)
Despesas com debêntures	(299)	(496)
Outras despesas financeiras	(256)	(254)
Total	(39.777)	(43.757)

21. Gestão de riscos: O gerenciamento de riscos visa identificar e analisar os riscos aos quais a Companhia está exposta, para definir as estratégias de controle e as ações para mitigação dos riscos e subsequentemente para monitorar esses riscos. A Administração define o apetite para riscos em contextos e situações específicas e acompanha o cumprimento do plano de gerenciamento de riscos, revisando sua estrutura de gerenciamento de risco em relação aos riscos enfrentados pela Companhia. O gerenciamento de riscos é feito também com base nas práticas dos acionistas da Companhia, a esta nota apresenta informações sobre a exposição da Companhia a cada um dos riscos a seguir mencionados e as estratégias de gerenciamento adotadas. a) Riscos de crédito: É o risco de a Companhia incorrer em perdas decorrentes de um cliente ou de uma contraparte em um instrumento financeiro, oriundas da falha destes em cumprir com suas obrigações contratuais. As operações que sujeitam a companhia ao risco de crédito decorrem principalmente de caixa e equivalentes de caixa, bem como de exposições de crédito a clientes, conforme apresentado a seguir:

	31/12/2024	31/12/2023
Caixa e equivalentes de caixa	48.521	52.345
Conta a receber	16.746	16.370
Caixa restrito	28.376	25.967
Total	93.643	94.682

• Caixa e equivalentes de caixa: representado pelo valor mantido em contas bancárias e aplicações financeiras de liquidez imediata. A política de abertura de contas bancárias e aplicações financeiras restringe o relacionamento com instituições bancárias com rating mínimo de AA+. As aplicações devem ser feitas predominantemente em CDB. • Contas a receber: a Administração entende que não é necessária a contabilização de provisão para devedores duvidosos em relação aos seus clientes, considerando o baixo risco de inadimplência de seus clientes. O Contrato de Uso do Sistema de Transmissão ("CUST"), celebrado entre o BNDES, as concessionárias de transmissão e o usuário, tem como um de seus objetivos: "Estabelecer os termos e as condições que irão regular a administração pelo ONS da cobrança e da liquidação dos encargos de uso da transmissão e a execução do sistema de garantias, atuando por conta e ordem das concessionárias de transmissão." São instrumentos financeiros que garantem o recebimento dos valores devidos pelos usuários às concessionárias de transmissão e ao ONS, pelos serviços prestados e discriminados no CUST: i) Carta de Fiança Bancária - CFB e ii) Contrato de Constituição de Garantia - CGA. As principais vantagens desses mecanismos de proteção estão descritas a seguir: • Riscos diluídos, pois todos os usuários pagam a todos os transmissores. • As garantias financeiras são fornecidas individualmente pelos usuários. Negociações de pagamento são feitas diretamente entre transmissores e usuários. • No caso de não pagamento, a Companhia, como agente de transmissão, poderá solicitar ao ONS o acionamento centralizado da garantia bancária do usuário - CFB. • Caixa restrito: representado pelo valor acumulado nas contas reservas do BNDES e das debêntures, apresentada em garantia ao contrato de financiamento firmado com o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) e conforme previsto na Escritura de Segunda Emissão de Debêntures da Companhia. b) Risco de mercado: A utilização de instrumentos financeiros, pela Companhia, tem como objetivo proteger seus ativos e passivos, minimizando a exposição a riscos de mercado, principalmente no que diz respeito às oscilações de taxas de juros e índices de preços. A Companhia não enxerga necessidade em fazer hedge para se proteger desses riscos, tendo em vista que na fase atual de Opera-

ção e Manutenção não há exposição a variações de preços de commodities e seus contratos têm índice de reajuste em linha com reajuste da receita. Porém esses riscos são monitorados periodicamente pela Administração. A Companhia também não pratica aplicações de caráter especulativo ou em quaisquer outros ativos de riscos. Risco de taxa de juros: refere-se aos impactos nas taxas de juros variáveis sobre as receitas financeiras oriundas das aplicações financeiras. Em 31/12/2024 e 31/12/2023, o perfil dos instrumentos financeiros relevantes remunerados por juros variáveis da Companhia era:

Instrumentos financeiros por indexador	31/12/2024	31/12/2023
CDB-DI	4.407	39.617
FUNDO DE INVESTIMENTO BANCOS REFERENCIADOS DI	38.461	-

Dessa forma, eventual desvalorização nas taxas de juros poderá impactar negativamente o resultado da Companhia. **Análise de sensibilidade de taxa de juros variável - aplicações financeiras:** A Companhia está exposta ao risco de variação das taxas de juros dos instrumentos financeiros em aberto ao fim do exercício deste relatório. Para elaboração da análise de sensibilidade, considera-se a curva histórica dos índices econômicos, bem como projeções divulgadas por entes com reconhecimento de mercado. Para aplicações financeiras, a política de investimentos da companhia restringe-se a instrumentos de renda fixa, estando sua exposição atrelada principalmente ao risco de variação do CDI, porém somente em relação aos ganhos financeiros, não havendo impacto nas contas de ativo. **Análise de sensibilidade de taxa de juros variável - financiamentos:** Com relação aos empréstimos e financiamentos, a exposição da companhia está relacionada à variação da TJLP, indexador do Contrato de Financiamento com o BNDES, e ao IPCA, indexador da Segunda Emissão de Debêntures. As projeções indicativas para a variação da TJLP nos próximos meses não trazem alterações materialmente relevantes para o total de despesas financeiras da companhia no próximo período. As variações do IPCA são capturadas no reajuste anual da RAP, rebalancando o fluxo de caixa da companhia e por isso, eventual aumento na despesa financeira seria acompanhado em aumento da Receita de Serviços, ainda que em momentos diferentes. • Risco de inflação - a receita da Companhia é atualizada anualmente por índices de inflação. Em caso de deflação, as concessionárias terão suas receitas reduzidas. Em caso de aumento da inflação, a Companhia poderia não ter as suas receitas ajustadas tempestivamente e, com isso, incorrer em impactos nos resultados. c) Riscos operacionais: Os riscos operacionais são aqueles inerentes à própria execução do negócio da Companhia e podem decorrer das decisões operacionais e de gestão da Companhia ou de fatores externos, tais como aqueles decorrentes de exigências legais e regulatórias e de padrões geralmente aceitos de comportamento empresarial. • Risco técnico - a infraestrutura da Companhia é dimensionada de acordo com orientações técnicas impostas por normas locais e internacionais. Ainda assim, eventos decorrentes de caso fortuito ou força maior podem causar impactos econômicos e financeiros maiores do que os previstos pelo projeto original. Nestes casos, a Companhia pode ter seu caixa impactado pelos custos necessários para o reestabelecimento das instalações às condições de operação, ainda que não haja desconto da Parcela Variável de Indisponibilidade (PVI), decorrente de eventuais indisponibilidades de suas Linhas de Transmissão. A Companhia mitiga o risco de perda de ativos mediante a contratação de cobertura securitária para a totalidade dos ativos de transmissão. • Riscos regulatórios - a Companhia está sujeita a extensa e complexa legislação e regulação governamental emitida pelos seguintes órgãos: Ministério de Minas e Energia - MME, ANEEL, ONS e Ministério do Meio Ambiente. • Risco de construção e desenvolvimento da infraestrutura - caso a Companhia, por determinação regulatória, necessite expandir os seus negócios com a construção de novas instalações de transmissão poderá incorrer em riscos inerentes à atividade de construção, atrasos na execução da obra e potenciais danos ambientais que poderão resultar em custos não previstos e/ou penalidades. Ainda assim, qualquer novo investimento aprovado pelo Poder Concedente será remunerado por incremento da RAP. O risco de atrasos na construção de novas instalações pode estar ligado ao fato de a Companhia depender de terceiros para fornecer os equipamentos utilizados em suas instalações e, por isso, estar sujeita a aumentos de preços e falhas por parte de tais fornecedores, como atrasos na entrega dos equipamentos ou entrega de equipamentos avariados. Tais falhas poderão prejudicar as atividades e ter um efeito adverso relevante nos resultados da Companhia. Adicionalmente, devido às especificações técnicas dos equipamentos utilizados em suas instalações, a Companhia tem a disposição poucos fornecedores. O risco de seguros - a Companhia contrata seguros de risco operacional e de responsabilidade civil contra terceiros para suas linhas de transmissão e subestações. A Companhia adota critérios na contratação dos seguros com o intuito de utilizar as melhores práticas adotadas por outras empresas representativas do setor, contratando cobertura para a totalidade de seu ativo e limitando os valores de indenização com base em estudos de perda máxima provável, resultando em elevados níveis de cobertura securitária.

21.1. Categorias de instrumentos financeiros

Ativo Financeiro	Categoria
Caixa e equivalentes de caixa	Valor justo por meio do resultado
Caixa restrito	Valor justo por meio do resultado
Contas a Receber	Valor justo pelo custo amortizado

Passivos financeiros

Passivo Financeiro	Categoria
Fornecedores	Outros passivos financeiros
Empréstimos e financiamentos	Outros passivos financeiros
Debêntures	Outros passivos financeiros

Em 31/12/20



GUARACIABA TRANSMISSORA DE ENERGIA (TP SUL) S.A.

CNPJ/MF nº 15.286.437/0001-00



ras e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos. Para o assunto abaixo, a descrição de como nossa auditoria tratou o assunto, incluindo quaisquer comentários sobre os resultados de nossos procedimentos, é apresentado no contexto das demonstrações financeiras tomadas em conjunto. Nós cumprimos as responsabilidades descritas na seção intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras", incluindo aquelas em relação a esse principal assunto de auditoria. Dessa forma, nossa auditoria incluiu a condução de procedimentos planejados para responder a nossa avaliação de riscos de distorções significativas nas demonstrações financeiras. Os resultados de nossos procedimentos, incluindo aqueles executados para tratar o assunto abaixo, fornecem a base para nossa opinião de auditoria sobre as demonstrações financeiras da Companhia. **Mensuração do ativo de contrato:** Conforme divulgado na Nota 4.a às demonstrações financeiras, a Companhia avalia que, mesmo após a conclusão da fase de construção da infraestrutura de transmissão, segue existindo um ativo de contrato pela contrapartida da receita de construção, uma vez que é necessário a satisfação da obrigação de operar e manter para que a Companhia passe a ter um direito incondicional de receber caixa. Em 31/12/2024, o saldo do ativo de contrato da Companhia é de R\$1.569.807 mil. O reconhecimento do ativo de contrato e da receita da Companhia de acordo com o CPC 47 - Receita de contrato com cliente requer o exercício de julgamento significativo sobre o momento em que o cliente obtém o controle do ativo. Adicionalmente, a mensuração do progresso da Companhia em relação ao cumprimento da obrigação de performance satisfazida ao longo do tempo requer também o uso de estimativas e julgamentos significativos pela diretoria para estimar os esforços ou insumos necessários para o cumprimento da obrigação de performance, tais como materiais e mão de obra, margens de lucros esperada, ou inexistência de margens de lucro esperada, em cada obrigação de performance identificada e as projeções das receitas esperadas. Finalmente, por se tratar de um contrato de longo prazo, a identificação da taxa de desconto que representa o componente financeiro embutido no fluxo de recebimento futuro também requer o uso de julgamento por parte da diretoria. Devido à relevância dos valores e do julgamento significativo envolvido, consideramos a mensuração da receita de contrato com clientes como um assunto significativo para a nossa auditoria. **Como nossa auditoria conduziu esse assunto:** Nossos procedimentos de auditoria incluíram, dentre outros: i) o entendimento do desenho dos controles internos chave relacionados aos gastos realizados para execução do contrato; ii) análise da existência ou não de margem nos contratos; iii) análise do contrato de concessão e seus aditivos para identificação das obrigações de performance previstas contratualmente, além de aspectos relacionados aos componentes variáveis aplicáveis ao preço do contrato; iv) a revisão dos fluxos de caixa projetados, das premissas relevantes utilizadas nas projeções de custos e na definição da taxa de desconto utilizada no modelo com o auxílio de profissionais especializados em

avaliação de empresas; e v) a avaliação das divulgações efetuadas pela Companhia nas demonstrações financeiras. **Outros assuntos: Demonstrações do valor adicionado:** A Demonstração do Valor Adicionado (DVA) referente ao exercício findo em 31/12/2024, elaborada sob a responsabilidade da diretoria da Companhia, e apresentadas como informação suplementar, foi submetida a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações financeiras da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essa demonstração está conciliada com as demonstrações financeiras e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião, essa demonstração do valor adicionado foi adequadamente elaborada, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e é consistente em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto. **Responsabilidades da diretoria e da governança pelas demonstrações financeiras:** A diretoria é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações financeiras, a diretoria é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a diretoria pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras. **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras:** Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: • Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude

ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. • Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia. • Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela diretoria. • Concluímos sobre a adequação do uso, pela diretoria, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluímos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional. • Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos. Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

Rio de Janeiro, 21/02/2025.
ERNST & YOUNG - Auditores Independentes S/S Ltda.
 CRC 2SP-015199/F
Pia Leocádia de Avellar Peralta - Contadora
 CRC RJ-101080/O



Esta publicação foi feita de forma 100% digital pelo Monitor Mercantil em seu site. A autenticidade deste documento pode ser conferida através do QR Code ao lado ou pelo link <https://publicidadelegal.monitormercantil.com.br>